

DUARTE RODRIGUES NUNES

OS CRIMES PREVISTOS NA LEI DO CIBERCRIME

E A RESPONSABILIDADE PENAL DOS ENTES COLETIVOS

.....

2.^A EDIÇÃO
ATUALIZADA À LUZ DAS
LEIS N.ºS 79/2021 E 94/2021

ÍNDICE

Prefácio à 2. ^a edição.....	7
Abreviaturas.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CONCEITO DE CIBERCRIME.....	57
3. O CRIME DE FALSIDADE INFORMÁTICA.....	67
3.1. Introdução.....	67
3.2. Bem jurídico.....	71
3.3. Natureza do crime.....	74
3.4. O crime de falsidade informática simples.....	77
3.4.1. Tipo objetivo.....	77
3.4.2. Tipo subjetivo.....	98
3.5. O crime de falsidade informática qualificada.....	102
3.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade.....	104
3.7. Condições de procedibilidade.....	104
3.8. Autoria e participação.....	104
3.9. Punibilidade da tentativa.....	105
3.10. Penas aplicáveis.....	105
3.11. O problema da sucessão de leis em face das alterações introduzi- das pela Lei n.º 79/2021, de 24 de novembro.....	107
3.12. Prazo prescricional.....	109
3.13. O concurso de crimes.....	109
4. O CRIME DE CONTRAFAÇÃO DE CARTÕES OU OUTROS DISPO- SITIVOS DE PAGAMENTO.....	121
4.1. Introdução.....	121

•	
4.2. Bem jurídico.....	127
4.3. Natureza do crime	127
4.4. O crime de contrafação de cartões ou outros dispositivos de pagamento simples	128
4.4.1. Tipo objetivo	128
4.4.2. Tipo subjetivo	131
4.5. O crime de contrafação de cartões ou outros dispositivos de pagamento qualificado	132
4.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	134
4.7. Condições de procedibilidade.....	134
4.8. Autoria e participação	135
4.9. Punibilidade da tentativa	135
4.10. Penas aplicáveis	135
4.11. O problema da sucessão de leis em face das alterações introduzidas pela Lei n.º 79/2021, de 24 de novembro. Remissão.....	137
4.12. Prazo prescricional.....	137
4.13. O concurso de crimes.....	138
5. O CRIME DE USO DE CARTÕES OU OUTROS DISPOSITIVOS DE PAGAMENTO CONTRAFEITOS.....	143
5.1. Introdução.....	143
5.2. Bem jurídico.....	146
5.3. Natureza do crime	147
5.4. O crime de uso de cartões ou outros dispositivos de pagamento contrafeitos simples	147
5.4.1. Tipo objetivo	147
5.4.2. Tipo subjetivo	149
5.5. O crime de uso de cartões ou outros dispositivos de pagamento contrafeitos qualificado.....	150
5.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	154
5.7. Condições de procedibilidade.....	154
5.8. Autoria e participação	155
5.9. Punibilidade da tentativa	156
5.10. Penas aplicáveis	157
5.11. O problema da sucessão de leis em face das alterações introduzidas pela Lei n.º 79/2021, de 24 de novembro. Remissão.....	160
5.12. Prazo prescricional.....	160
•	

5.13. O concurso de crimes.....	161
6. O CRIME DE AQUISIÇÃO DE CARTÕES OU OUTROS DISPOSITIVOS DE PAGAMENTO CONTRAFEITOS	167
6.1. Introdução.....	167
6.2. Bem jurídico	169
6.3. Natureza do crime	170
6.4. O crime de aquisição de cartões ou outros dispositivos de pagamento contrafeitos simples	171
6.4.1. Tipo objetivo	171
6.4.2. Tipo subjetivo	176
6.5. O crime de aquisição de cartões ou outros dispositivos de pagamento contrafeitos qualificado	177
6.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	179
6.7. Condições de procedibilidade	179
6.8. Autoria e participação	179
6.9. Punibilidade da tentativa	180
6.10. Penas aplicáveis	180
6.11. Prazo prescricional	181
6.12. O concurso de crimes	182
7. O CRIME DE ATOS PREPARATÓRIOS DA CONTRAFAÇÃO	187
7.1. Introdução	187
7.2. Bem jurídico	190
7.3. Natureza do crime	191
7.4. O crime de atos preparatórios da contrafação simples	192
7.4.1. Tipo objetivo	192
7.4.2. Tipo subjetivo.....	197
7.5. O crime de atos preparatórios da contrafação qualificado.....	197
7.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade.....	199
7.7. Condições de procedibilidade.....	199
7.8. Autoria e participação.....	200
7.9. Punibilidade da tentativa.....	200
7.10. Penas aplicáveis	201
7.11. Prazo prescricional	202
7.12. O concurso de crimes.....	203

•	
8. O CRIME DE AQUISIÇÃO DE CARTÕES OU OUTROS DISPOSITIVOS DE PAGAMENTO OBTIDOS MEDIANTE CRIME INFORMÁTICO	205
8.1. Introdução.....	205
8.2. Bem jurídico	208
8.3. Natureza do crime	208
8.4. O crime aquisição de cartões ou outros dispositivos de pagamento obtidos mediante crime informático simples.....	210
8.4.1. Tipo objetivo	210
8.4.2. Tipo subjetivo	215
8.5. O crime de aquisição de cartões ou outros dispositivos de pagamento obtidos mediante crime informático qualificado.....	216
8.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	218
8.7. Condições de procedibilidade	218
8.8. Autoria e participação	219
8.9. Punibilidade da tentativa	219
8.10. Penas aplicáveis	219
8.11. Prazo prescricional.....	220
8.12. O concurso de crimes	221
9. O CRIME DE DANO RELATIVO A PROGRAMAS OU OUTROS DADOS INFORMÁTICOS	225
9.1. Introdução.....	225
9.2. Bem jurídico.....	228
9.3. Natureza do crime	229
9.4. O crime de dano relativo a programas ou outros dados informáticos simples	231
9.4.1. Tipo objetivo	231
9.4.2. Tipo subjetivo	244
9.5. O crime de dano relativo a programas ou outros dados informáticos qualificado.....	244
9.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	245
9.7. Condições de procedibilidade.....	246
9.8. Autoria e participação.....	247
9.9. Punibilidade da tentativa.....	247
9.10. Penas aplicáveis	248
9.11. Prazo prescricional.....	250
9.12. O concurso de crimes.....	251
•	

10. O CRIME DE SABOTAGEM INFORMÁTICA	259
10.1. Introdução.....	259
10.2. Bem jurídico.....	262
10.3. Natureza do crime	263
10.4. O crime de sabotagem informática simples	265
10.4.1. Tipo objetivo	265
10.4.2. Tipo subjetivo	277
10.5. O crime de sabotagem informática qualificada.....	277
10.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	280
10.7. Condições de procedibilidade.....	280
10.8. Autoria e participação	281
10.9. Punibilidade da tentativa.....	281
10.10. Penas aplicáveis	281
10.11. Prazo prescricional	283
10.12. O concurso de crimes	284
11. O CRIME DE ACESSO ILEGÍTIMO	289
11.1. Introdução.....	289
11.2. Bem jurídico.....	295
11.3. Natureza do crime	297
11.4. O crime de acesso ilegítimo simples	298
11.4.1. Tipo objetivo	298
11.4.2. Tipo subjetivo	305
11.5. O crime de acesso ilegítimo qualificado	305
11.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	315
11.7. Condições de procedibilidade.....	316
11.8. Autoria e participação.....	317
11.9. Punibilidade da tentativa.....	317
11.10. Penas aplicáveis	318
11.11. Prazo prescricional	321
11.12. O concurso de crimes.....	322
12. O CRIME DE INTERCEÇÃO ILEGÍTIMA.....	329
12.1. Introdução.....	329
12.2. Bem jurídico	331
12.3. Natureza do crime	332

•	
12.4. O crime de intercepção ilegítima simples	334
12.4.1. Tipo objetivo	334
12.4.2. Tipo subjetivo	339
12.5. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	340
12.6. Condições de procedibilidade	340
12.7. Autoria e participação	341
12.8. Punibilidade da tentativa	341
12.9. Penas aplicáveis	342
12.10. Prazo prescricional	343
12.11. O concurso de crimes	343
13. O CRIME DE REPRODUÇÃO ILEGÍTIMA DE PROGRAMA PRO- TEGIDO	351
13.1. Introdução	351
13.2. Bem jurídico	354
13.3. Natureza do crime	355
13.4. O crime de reprodução ilegítima de programa protegido	356
13.4.1. Tipo objetivo	356
13.4.2. Tipo subjetivo	361
13.5. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	361
13.6. Condições de procedibilidade	362
13.7. Autoria e participação	362
13.8. Punibilidade da tentativa	362
13.9. Penas aplicáveis	362
13.10. Prazo prescricional	363
13.11. O concurso de crimes	364
14. A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLETIVAS E ENTI- DADES EQUIPARADAS	367
14.1. Pressupostos da responsabilidade penal das pessoas coletivas e enti- dades equiparadas	378
14.1.1. Entes coletivos passíveis de responsabilidade criminal	378
14.1.2. O crime ser cometido por pessoa que ocupe uma posição de lide- rança no ente coletivo ou por pessoa que aja sob a autoridade de quem ocupe uma posição de liderança no ente coletivo, em virtude de uma violação dos deveres de vigilância ou controlo que lhe incumbe	384
•	

ÍNDICE

•	
14.1.3. O crime ser cometido em nome do ente coletivo.....	394
14.1.4. O crime ser cometido no interesse do ente coletivo.....	396
14.1.5. O ente coletivo agir com culpa. A capacidade de ação e a capacidade de culpa dos entes coletivos.....	399
14.2. A responsabilidade cumulativa do ente coletivo e dos respectivos agentes	406
14.3. A cisão, a fusão, a transformação, a extinção e a declaração de insolvência do ente coletivo	408
14.4. A responsabilidade pelo pagamento das multas e indenizações em que o ente coletivo for condenado	412
Bibliografia.....	419
Documentos e artigos de imprensa consultados.....	431
Jurisprudência	433
Índice.....	439



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt